

Projeto político udenista para o Brasil no contexto histórico da Guerra Fria (1945-1964)



Udenista political project for Brazil in the historical context of the Cold War (1945-1964)

LION, Marina Olinda Calori de*

 <https://orcid.org/0000-0001-8806-361X>

RESUMO: A União Democrática Nacional (UDN) foi um partido político que transitou entre liberalismo e conservadorismo. Com um discurso de modernizar o país, o partido alinhava-se ao capital internacional e seguia uma linha mais privatista e entreguista, além de também ter uma forte influência no setor agrário e nas classes médias urbanas, pois se mantinha afastado da classe trabalhadora e tinha pouco apoio popular. Neste artigo, procurou-se trazer um debate sobre a atuação da UDN no contexto histórico e político da Guerra Fria, ou seja, em conjuntura de disputa geopolítica entre União Soviética e Estados Unidos, e como esse evento influenciou a política interna brasileira e a América Latina. Desse modo, a metodologia é a revisão bibliográfica de caráter histórico-político, mas também sociológico, uma vez que dialoga com a teoria das classes sociais e suas formas de representação. As obras levantadas para compreender o partido foram as produções de Picaluga (1980), Benevides (1981) e Mendonça (2002), escolhidas por conterem uma amplitude de informações acerca do objeto estudado, bem como por se tratar de análises mais alicerçadas na historiografia acerca da UDN e seus agentes políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto político; UDN; Guerra Fria.

ABSTRACT: The National Democratic Union (UDN) was a political party that moved between liberalism and conservatism. With a discourse of modernizing the country, the party aligned itself with international capital and followed a more privatizing and pro-subsidiary line, in addition to also having a strong influence in the agrarian sector and the urban middle classes, as it remained distant from the working class and had little popular support. This article seeks to bring a debate about the UDN's performance in the historical and political context of the Cold War, that is, in a context of geopolitical dispute between the Soviet Union and the United States, and how this event influenced Brazilian domestic politics and Latin America. Thus, the methodology is a bibliographic review of historical-political nature, but also sociological, since it dialogues with the theory of social classes and their forms of representation. The works used to understand the party were those of Picaluga (1980), Benevides (1981) and Mendonça (2002), chosen because they contain a wide range of information about the object studied, as well as because they are analyses more grounded in the historiography of the UDN and its political agents.

KEYWORDS: Political project; UDN; Cold War.

* Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais pela FFC/Unesp, Marília-SP, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição na linha de pesquisa "Determinações do Mundo do Trabalho". E-mail: marina.calori@unesp.br.



Considerações Iniciais

Os eventos políticos que ocorreram no Brasil entre 1945 e 1950 – desde o fim do Estado Novo até o retorno de Getúlio Vargas ao poder, que engloba a fundação definitiva da União Democrática Nacional (UDN) – não devem ser desassociados do contexto internacional, uma vez que não se pode perder de vista a totalidade histórica dos eventos, bem como seu movimento e as contradições que daí se desdobram. Esses acontecimentos devem ser percebidos no complexo contexto internacional que abrange tanto o fim da Segunda Guerra Mundial quanto o imediato início da Guerra Fria.

Eric Hobsbawm categoriza esse período como a “Era de Ouro”, marcado tanto por uma grande expansão de países de economia capitalista da centralidade do sistema quanto por uma acelerada modernização das economias tidas como “Terceiro Mundo”. Ainda de acordo com o historiador britânico, a particularidade da Guerra Fria encontrava-se, principalmente, no fato de que não existiam condições efetivas para que acontecesse um conflito armado, como fora a Segunda Guerra Mundial (Hobsbawm, 1995).

O que houve, de fato, foi um discurso ameaçador de ambos os lados, mas essencialmente do lado ocidental e de seus aliados, que mantinham um tom catastrófico quando o assunto era o bloco soviético (Hobsbawm, 1995), posto que as duas superpotências aceitaram a divisão geopolítica do pós-guerra, que

[...] equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (Hobsbawm, 1995, p. 224).

O início da Guerra Fria também marcou o fim dos impérios coloniais. Os dois países protagonistas do conflito passaram, então, a exercer um papel de “neocolonizadores” nas regiões em que mantinham influência. É importante ressaltar que cada bloco tinha suas particularidades e a influência da União Soviética, por vezes, acabava sendo menos belicista e conflituosa do que a dos EUA. Neste artigo, pretende-se demonstrar, mesmo que de maneira breve, as influências e interferências que o bloco ocidental, liderado pelo

imperialismo estadunidense, exerceu na política brasileira, especificamente na formação ideológica da UDN.

Breve contexto histórico-político da Guerra Fria e seu impacto no Brasil

Nos chamados países do Terceiro Mundo, a União Soviética exerceu pouca ou quase nenhuma influência. Ainda que a política externa norte-americana não fosse apreciada por completo, essas nações, em sua maioria, eram “[...] anticomunista[s] em sua política interna e ‘não alinhada[s]’ (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais [...]” (Hobsbawm, 1995, p. 225). A propaganda irracionalista anticomunista liderada por demagogos dos Estados Unidos espalhou-se pelo continente americano, e, por consequência, ganhou força e se consolidou no Brasil, cujo impacto permanece na longa duração. Um dos principais nomes responsáveis pela difusão do anticomunismo foi o senador Joseph McCarthy (1908-1957), conhecido na bibliografia a partir da expressão “macarthismo”, cunhada por críticos e historiadores.

A Guerra Fria mudou de maneira efetiva o cenário social e político mundial e cindiu o globo em dois polos que exerciam bastante influência em diferentes nações. Como explica Eric Hobsbawm, essas mudanças aconteceram principalmente em três aspectos diferentes: a queda do sistema colonial – que existia antes da Segunda Guerra Mundial, momento em que impérios coloniais espalhados pelo mundo caíram, dando início à bipolaridade e ao imperialismo estadunidense –, a manutenção da dinâmica política internacional, com certo grau de inércia em decisões internas, e o aumento vertiginoso do número de armas, disponibilizadas em nível mundial, não só com diferentes países produzindo seus próprios armamentos (incluindo nucleares), mas também com a distribuição pelas duas potências por todo o mundo, com o consequente aumento e consolidação do mercado bélico (Hobsbawm, 1995).

A Guerra Fria influenciou diretamente o cenário histórico-político do século passado. Apesar de, no Ocidente e nos países onde os EUA eram influentes, caso do Brasil, por exemplo, o comunismo ter sido demonizado através de fortes campanhas realizadas contra a URSS, e seus apoiadores e partidos comunistas duramente perseguidos, em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – após anos na ilegalidade e quase ter sido neutralizado, devido à violenta repressão que sofreu depois do levante comunista de 1935 – retornou à legalidade institucional. O partido concorreu às eleições gerais daquele ano e saiu da disputa com um saldo de quatorze deputados federais eleitos, uma significativa bancada de deputados estaduais e um senador, a saber, Luís Carlos

Prestes¹ – também eleito deputado federal por três estados diferentes, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, tendo optado por ocupar vaga no Senado, representando o Rio de Janeiro. Já o candidato à presidência Yedo Fiúza, apesar de não ter sido eleito, obteve uma expressiva votação, se considerado todo o histórico do partido até aquele momento² e a decisão tardia de lançar seu candidato à presidência.

As relações do PCB com o Movimento Comunista Internacional (MCI) mostravam-se confusas até 1945, pois o VII Congresso da Internacional Comunista lançara diretrizes em que propunha frentes amplas de combate ao nazifascismo. O partido adotou essa linha política e transformou-se em partido da ordem, num esforço de compor a frente de luta contra o fascismo, uma decisão fortemente questionada. No governo Dutra, o PCB reforçou essa imagem de partido pacífico em nome da consolidação da democracia burguesa, que, naquela conjuntura, se mostrava como um sistema político avançado, pois o mundo estava diante da barbárie nazista. Mas essa postura não durou muito tempo e acabou se rompendo, não por iniciativa dos comunistas, cumpre destacar, haja vista que “[...] estavam empenhados em construir um partido para atuar dentro da legalidade burguesa, na qual haviam crescido [...]” (Mazzeo, 1999 p. 73).

O PCB havia se tornado o maior partido da América Latina, construía sólida influência nos sindicatos brasileiros e o número de filiados chegava a, pelo menos, 200 mil, o que, entendia-se, possibilitaria uma atuação expressiva nas próximas eleições caso continuasse nesse rumo, fato que incomodou profundamente a burguesia antipopular e autocrática brasileira. Mesmo com a postura conciliatória que o partido havia adotado naquele momento, o temor da burguesia de uma revolução proletária fez com que o presidente Eurico Dutra colocasse novamente o PCB na ilegalidade³, o que recebeu forte apoio do congresso liberal conservador com traços reacionários da época (Mazzeo, 1999). Foi justamente o retorno para a ilegalidade que fez com que a política de conciliação adotada até então pelo PCB fosse interrompida.

¹ Luís Carlos Prestes, que havia sido perseguido e preso pela ditadura do Estado Novo, foi anistiado em 1945 com centenas de outros presos políticos.

² Yedo Fiúza obteve cerca de 10% dos votos e ficou em terceiro lugar na colocação final dos candidatos, atrás de Eduardo Gomes, da UDN, e do presidente eleito, Eurico Dutra, da coligação PSD/PTB (Mazzeo, 1999).

³ O PCB foi cassado sob a alegação de ser uma espécie de agente da URSS no Brasil. Desde antes da cassação, o partido denunciava os vínculos do governo Dutra com o imperialismo norte-americano e sua linha pró-Guerra Fria. Na autocrítica que o partido fez quando deixou a linha mais reformista que havia adotado, chegou a apontar que o processo que pôs fim ao Estado Novo não rompeu com as estruturas da autocracia burguesa no Brasil, categorizada como uma das bases do fascismo. O PCB teve seu registro cassado no dia 7 de maio de 1947, mesmo com parte da imprensa e diferentes forças políticas (ainda que timidamente) defendendo sua existência legal (Mazzeo, 1999).

É curioso o fato de a UDN ter cindido na decisão de cassação dos comunistas, pois enquanto uma parte defendia a legalidade do partido e dos mandatos dos deputados em nome dos princípios liberais clássicos de preservação da democracia e do pluripartidarismo, outra defendeu veementemente a cassação, muito movida pelo anticomunismo do partido. Dessa forma, em 1947, o PCB foi novamente posto na ilegalidade e todos os seus membros eleitos tiveram suas candidaturas cassadas. No mesmo ano, aliás, também ocorreu o rompimento diplomático do Brasil com a URSS, o que demonstra o cenário de confronto e busca por expandir áreas de influências entre as duas potências antagônicas, sendo que a hegemonia norte-americana prevaleceu em território brasileiro.

Em 1948, agora na ilegalidade, o PCB inclinou-se definitivamente à esquerda e fez uma autocrítica: “[...] no documento, o partido reconhece que se havia deixado seduzir por ‘ilusões reformistas’ [...] denuncia, também, os vínculos do governo com o imperialismo norte-americano e com sua política internacional pró Guerra Fria” (Mazzeo, 1999, p. 75). A repressão ao PCB era resultado direto da disputa por hegemonia dos dois blocos que protagonizavam a Guerra Fria, já que o partido seguia diretrizes da URSS e do MCI. Ademais, havia questões internas, como, por exemplo, a propaganda anticomunista intensa da Igreja Católica. Esses fatos influenciaram o encolhimento do partido e, sucessivamente, enfraqueceram a luta por uma democracia popular, o que se mostrava de interesse da burguesia interna, ou seja, neutralizar qualquer tipo de projeto político-econômico de caráter progressista e, principalmente, de influência comunista.

Há de se destacar que as forças políticas hegemônicas brasileiras daquele momento estavam alinhadas diretamente aos interesses dos Estados Unidos, refletindo diretamente na cassação do PCB e na propaganda anticomunista. O temor da influência da URSS era tão acentuado que mesmo o princípio democrático liberal burguês estava sendo posto em xeque, cassando candidatos que haviam sido eleitos democraticamente.

A UDN era peça chave nessa cruzada contra as ideias socialistas e comunistas. Declaradamente liberal, representante da burguesia entreguista brasileira e com forte apelo ao conservadorismo, não media esforços para barrar qualquer projeto político, institucional ou não, que apresentasse um caráter mais popular. No que diz respeito à vocação entreguista da burguesia brasileira, tratava-se de prática contrária ao nacionalismo adotado nos países centrais do capitalismo, cujas ações formavam uma coesão política e social entre as elites e as demais classes, ao permitir avanços econômicos das diversas camadas sociais, ainda que continuassem persistindo desigualdades. Nos países da periferia, por sua vez, as elites tendiam a se associar aos países centrais “[...] em

vez de fazerem um pacto nacional com o seu próprio povo” (Bresser Pereira, 2008, p. 181), o que resultou na entrega das algumas riquezas nacionais ao estrangeiro, em forma, principalmente, de privatizações de estatais estratégicas à soberania, numa demonstração de submissão aos países imperialistas, conforme se verificou nos pós-Estado Novo⁴.

A atuação do partido contra os comunistas, mesmo tendo a já citada cisão em relação à cassação da bancada parlamentar do PCB (que só reforça a ambiguidade udenista), foi indispensável para o projeto burguês de associação com o capital internacional, visto que a modernização proposta pela UDN para o Brasil não era uma ruptura definitiva com o Estado Novo e suas estruturas, mas um projeto continuísta da autocracia burguesa que perpassava por romper as políticas protecionistas de Vargas e abrir a economia para investimentos externos, leia-se: privatizar empresas nacionais estratégicas para a soberania do país e barrar qualquer projeto contra-hegemônico representado, principalmente, pelo PCB.

A atuação da UDN contra projetos de cunho popular e social tinha aliados, mesmo que de forma extraoficial. O Partido Social Democrático (PSD), por exemplo, reunia forte representação ruralista, sua bancada no congresso era composta basicamente por representantes de latifundiários, tendo sido o maior partido de atuação político-institucional até 1964. Sua influência era tão grande que, por muito tempo, o partido praticamente determinou o cenário político-partidário brasileiro, cujas demais siglas o orbitavam.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com origem a partir do movimento sindicalista estruturado pelo Estado Novo, era, na prática, um partido que competia pelo eleitorado do PCB e servia à institucionalidade burguesa, já que os sindicatos eram corporações controladas pelo Ministério do Trabalho com o fim de moderar a luta dos trabalhadores. No PTB, não existia uma proposta de emancipação do proletariado, pelo contrário, o partido servia mais como um instrumento do Estado para manter os trabalhadores sob seu domínio e controle, ou seja, ao fim e ao cabo, não passava de mais um partido da ordem.

Essas legendas, ainda que competissem entre si pela ampliação do espaço político e se apresentassem como rivais, estavam em sintonia com o projeto da UDN, uma vez que

⁴ Ainda sobre a tese de entreguismo, o termo nasceu na década de 1940 e foi utilizado para apontar as alas políticas que defendiam um modelo econômico para o Brasil associado ao capital estrangeiro que consistia na entrega de recursos nacionais para corporações estrangeiras, surgiu a partir da campanha pela estatização do petróleo (CPDOC [2024]), o termo transcendeu o momento histórico de sua criação e se tornou um conceito utilizado para descrever diferentes momentos da política econômica brasileira.

em seus programas apresentavam-se propostas de interesses burgueses. A atuação desses partidos durante o fim do Estado Novo e no governo de Eurico Dutra foi de grande importância para os projetos de hegemonia que estavam em disputa naquele momento, o que torna perceptível a influência da Guerra Fria e do bloco ocidental no cenário político brasileiro, pois os partidos da ordem, mesmo os que se diziam oposição ao governo, também se mantinham alinhados aos interesses dos EUA, e a disputa entre eles era muito mais performática do que efetiva, afinal, os projetos de nação não se diferenciavam profundamente e disputavam espaços de representação entre as várias frações da burguesia.

O governo de Eurico Gaspar Dutra

Eurico Gaspar Dutra foi eleito com 55% dos votos em 1945, derrotando seu principal oponente, o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. O apoio de Getúlio Vargas durante a campanha foi decisivo e não só garantiu a vitória de Eurico Dutra como ainda hoje é considerado uma importante transferência de votos na história política brasileira⁵. No primeiro ano de mandato, Dutra prezou pelo lema “volta a tranquilidade”, para o qual a UDN, severa opositora, independentemente da situação, cooperou num primeiro momento. Logo após a constituinte, Dutra escolheu seu gabinete, que, em linhas gerais, era notadamente conservador, como se pode verificar com a escolha do udenista Raul Fernandes para o Ministério das Relações Exteriores e do General Canrobert Pereira da Costa – um anticomunista confesso – para o Ministério da Guerra (Skidmore, 1975). Apesar de a UDN ter colaborado e conquistado alguns cargos, conflitos internos tiveram início em relação a ser oposição ou continuar na base de apoio do governo Dutra, circunstância que foi liderada principalmente pela ala lacerdista⁶, o que fez com que em pouco tempo o partido decidisse voltar para a oposição.

O governo de Eurico Dutra ficou marcado pela abertura política e pelo retorno à democracia, além da já citada tranquilidade, e mesmo com todas as suas problemáticas, a exemplo de traços autocráticos e repressivos, o princípio democrático burguês resistiu até certo ponto. A constituição de 1937 foi, finalmente, substituída por nova Carta Magna em assembleia eleita com diferentes representantes de vários partidos. Para além disso, Dutra fez um governo alinhado aos interesses dos EUA, sua política econômica constituiu-

⁵ O slogan da campanha era: “Ele disse: votem em Dutra”, fazendo uma referência à indicação de Vargas para que seu eleitorado votasse no general (Picaluga, 1980, p. 32).

⁶ O lacerdismo foi uma tendência que surgiu logo no início da atuação da UDN, era fortemente golpista, moralista e flertava com o militarismo. Tinha como líder, evidenciado já em seu nome, o jornalista e membro fundador da UDN: Carlos Lacerda.

se basicamente de privatizações e de abertura ao capital estrangeiro, seus principais alvos eram as empresas estatais estruturadas por Vargas durante o Estado Novo. De maneira concisa, no campo econômico, o governo de Eurico Dutra pode ser identificado em duas fases diferentes:

[...] a primeira, de 1946 a 1947, em que houve uma retomada dos princípios do liberalismo, com o mínimo de controle em cada setor; a segunda, de 1947 a 1950, marcada pela reintrodução de controles cambiais e a aceleração da industrialização, favorecida por uma política creditícia que incluía empréstimos do Banco do Brasil a diversos setores-chave da indústria privada (Mendonça, 2002, p. 83).

O primeiro momento do governo Dutra foi orientado pelos ideais do liberalismo, como o clássico *laissez faire*, “[...] uma política que foi abalada pelo rápido esgotamento das reservas brasileiras de divisas [...]” (Skidmore, 1975, p. 96), o que deu início à transição para o segundo momento. Os controles cambiais de 1947 incentivaram a industrialização do Brasil, através de políticas que aconteceram de maneira semelhante às de apoio ao combate à crise da bolsa em 1929, isto é, não tinham como objetivo fortalecer e ampliar a indústria, mas consequentemente provocou esse efeito. Com a indústria crescendo a partir de tais políticas os empréstimos do Banco do Brasil e de setores privados cresceram rapidamente, o que marcou a segunda fase do governo Dutra. Houve também a tentativa de implantação do chamado plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), “[...] incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicado. Funcionando durante um ano, apenas, [...] entrou em dificuldade financeira e acabou sendo abandonado em 1951 [...]” (Skidmore, 1975, p. 99), o plano previa investimentos nesses setores a fim de coordenar os gastos públicos e foi proposto ainda em 1947, mas acabou fracassando.

O partido de certa maneira, saiu vitorioso com a eleição do general Eurico Dutra, pois uma parte das suas propostas, ainda que não as originadas pelos udenistas, foi posta em prática pelo mandatário durante a primeira fase do seu governo, principalmente nas condutas econômicas, o que satisfiz a UDN em relação à linha político-ideológica. A forte orientação liberal do novo presidente podia ser notada pela influência empresarial em setores estratégicos do seu governo, mas uma orientação incompleta, como já exposto. Aliás, características incompletas, ambíguas e duais são uma marca quando o assunto é liberalismo no Brasil (Mendonça, 2002).

Na política externa, o alinhamento com os Estados Unidos e o rompimento oficial e diplomático com a URSS deu-se desde o início da Guerra Fria, período em que a

tendência liberal se destacou, manifestando-se nas políticas de privatizações que beneficiavam o empresariado e abriam a economia para o capital estrangeiro, preceitos defendidos pela UDN. A criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, e a perseguição interna a comunistas, que o governo Dutra incentivava, por exemplo, acabaram também simbolizando uma vitória dos udenistas, uma vez que os oficiais que passaram a compor a Escola Superior de Guerra (ESG) eram, sobretudo, antigetulistas e anticomunistas, características centrais da UDN (Mendonça, 2002).

A verdadeira oposição ao governo veio do PCB, que, como já exposto, retornou como o maior partido comunista da América Latina. Na Assembleia Constituinte de 1946, os comunistas foram os críticos mais ferrenhos dos dispositivos liberais da Constituição e incisivos quanto ao apelo do governo com os investidores estrangeiros (Skidmore, 1975), o que permite compreender o motivo da cassação do registro do partido, pois seus membros eleitos representavam o verdadeiro projeto contra-hegemônico e incomodavam a burguesia.

A partir daquele momento, a trajetória imposta ao partido não foi das melhores, fato que beneficiou amplamente o PTB, que aproveitou o vazio político advindo da cassação do PCB. Em suma, foi o partido incentivado por Getúlio Vargas que ocupou esse lugar, angariando os votos da esquerda e servindo como uma base para seu próprio retorno nas eleições de 1950.

As eleições gerais de 1945 e a Constituição de 1946 prometiam um “novo Brasil”, democratizado e moderno, com propostas políticas liberais e discursos acalorados contra ditaduras. A nova Constituição, a quarta desde a queda do império, em 1889, previa todos os velhos princípios democráticos de liberdades individuais e eleições livres, mas não apresentava rompimento efetivo com as diretrizes do Estado Novo, nem mesmo a oposição concentrada na UDN questionou a estrutura corporativista arquitetada por Vargas. Por fim, esse “novo Brasil”, redemocratização e modernização não passaram de propostas de nível superficial, cuja intenção dizia respeito à aparência, pois a essência do Estado permaneceu a mesma.

O Projeto Político da UDN

Se o governo de Eurico Gaspar Dutra foi influenciado pela disputa geopolítica que acontecia no contexto da Guerra Fria, não há dúvida que se alinhou com os interesses estadunidense e sua política econômica foi fortemente liberal. A UDN, por sua vez, esteve intensamente ativa desde a sua fundação, em 7 de abril de 1945, mas sua participação no

governo Dutra foi instável, acarretando até mesmo em conflitos internos, o que convida a compreender qual o projeto político que a UDN propunha para o país.

Eduardo Gomes conseguiu mobilizar boa parte da pequena burguesia, sobretudo urbana, como seu partido pretendia, afinal, a UDN se colocava como o “partido das classes médias”, bem como dos intelectuais e das Forças Armadas. Porém, não conquistou a classe trabalhadora, que o via como um candidato dos ricos ou dos “grã-finos”, em contraposição a Getúlio Vargas, que ainda era tido pelos trabalhadores como o “pai dos pobres”. A derrota do Brigadeiro representou uma perda para a burguesia agrária e exportadora, que via nele uma possibilidade de retomar o arranjo político federalista que vigorava antes de 1930, de poder dos Estados em relação à União, já que Dutra não rompeu com a estrutura corporativista e centralizadora do Estado Novo (Mendonça, 2002). A campanha do candidato Eduardo Gomes também

[...] tinha um forte apelo à constituição de 1934 [...] na defesa intransigente do conservadorismo moral, na apologia do papel suprapartidário dos militares, no direito de greve e na liberdade sindical para trabalhadores, além da promessa de um novo modelo econômico, capaz de conciliar os interesses da livre empresa e do capital estrangeiro com papel do Estado [...] (Mendonça, 2002, p. 82).

Apesar da sua composição heterogênea, a UDN defendia com unanimidade a liberdade de imprensa e a não intervenção estatal na economia – pontos bastantes ambíguos –, valores sensíveis à pequena burguesia, uma vez que o partido tinha como objetivo conquistar apoio eleitoral dessa camada da sociedade. No programa da UDN, constava, basicamente, teses liberais, como o exercício da liberdade de expressão, por exemplo. No que tange às questões de caráter econômico, o partido tinha um intenso apelo ao capital estrangeiro, que presumia indispensável para a modernização do Brasil “[...] e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros [...]” (Picaluga, 1980, p. 30). Ademais, considerava uma reforma agrária contida e quanto à intervenção estatal na economia, o partido até concordava com totalidade, desde que essa interferência correspondesse com os interesses das classes que representava (Picaluga, 1980).

Em sua campanha, Eduardo Gomes tinha muita cautela quanto ao tema industrialização do Brasil, e, por isso, pouco abordava o assunto. Aparecia nos jornais como um candidato neutro, “nem de esquerda, nem de direita”, se colocava como um democrata burguês, fazendo uma alusão de ser o oposto a Yedo Fiúza, que seria um comunista ditador, assim como de Dutra, tido por ele como um fascista que continuaria a

ditadura estadonovista. Para além desses discursos, a diferença primordial da UDN para os outros partidos que surgiram em 1945 era pontualmente em relação a Getúlio Vargas. Nos programas de governo desses diferentes partidos, constavam basicamente os mesmos ideias e propostas: o PSD, a título de comparação, manteve-se como um partido que se preocupava em eleger seus integrantes com intuito de preservar os interesses de quem representava e estava alinhado sempre com princípios conservadores. Talvez outra diferença pontual fosse o fato de o PSD defender a intervenção estatal, mas também enfatizava sobre o alinhamento ao capital estrangeiro, o candidato da UDN não ficava muito distante disso (Picaluga, 1980).

O plano político da UDN tinha pouco a ver com sua prática. No início, seu programa tinha uma forte tendência progressista e pode ser considerado até melhor elaborado do que os programas do PTB e do PSD, pois nele constavam não só as diretrizes dos ideais liberais clássicos, mas também liberdade sindical, autonomia para fazer greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, entre outras concepções que não foram postas em prática pelos udenistas. Aliás, com o passar dos anos, essa inclinação mais social da UDN foi rapidamente se perdendo e muitas dessas propostas nunca nem chegaram a ser postas em pauta, nem por Eduardo Gomes, nem pelos outros candidatos que o partido lançou ao longo dos anos (Benevides, 1981).

O projeto político-econômico da UDN não era muito bem definido, o que refletia na falta de atuação partidária coordenada e nas cisões dentro do partido, deixando evidentes as falhas dos udenistas. De forma resumida: “O exame da política econômica da UDN revela, talvez com maior nitidez, a inconsistência programática e as contradições partidárias [...]” (Benevides, 1981, p. 196). O programa da UDN, por muitas vezes, demonstrava bem mais os interesses individuais de seus componentes do que um projeto político em si, por exemplo, o juridicismo deixava evidente a atuação dos bacharéis nas decisões do partido, sempre em tom teórico e pouco prático. Dessa maneira, seria inconsistente afirmar uma coerência no projeto político udenista, sendo possível identificar pressupostos do seu projeto no Manifesto dos Mineiros, em que os udenistas já demonstravam certos traços ideológicos que perdurariam durante muito tempo (Benevides, 1981).

O plano de governo inicial da UDN data de 1946, foi articulado na Convenção Nacional daquele ano e trouxe muitos traços da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes. No que diz respeito à questão do Estado que o projeto representa, aparece apenas para garantir os direitos dos trabalhadores, pois critica o liberalismo econômico como sendo o vetor das injustiças sociais, mas, ao mesmo tempo, também critica o marxismo por se

mostrar cético quanto ao desenvolvimento capitalista, também já definindo seu histórico anticomunista. É curioso que a UDN nunca tenha tido um projeto de nação bem definido para o Brasil, no que se pode dizer que fica perceptível que a falta de uma visão de futuro de país bem planejada e com propostas concisas do partido já se configurava sistematizada, ambiguidade presente desde o início da atuação partidária udenista (Benevides, 1981).

A disputa que aconteceu no período da redemocratização foi, na verdade, entre frações da burguesia, uma vez que os partidos hegemônicos precisavam garantir que os interesses dos grupos que representavam fossem realizados. Em linhas gerais, defendiam semelhantes políticas econômicas, afinal, no pós-Estado Novo “[...] O quadro mais constante no cenário político será composto pela união de partidos adversários defendendo interesses afins e pela divergência de grupos dentro do mesmo partido [...]” (Benevides, 1981, p. 179).

Mesmo que parte da literatura especializada utilizada neste trabalho, a exemplo do escrito de Picaluga (1980) levantem a possibilidade de que o partido poderia ter assumido outra conduta que não a golpista, autocrática e antidemocrática, haja vista que a UDN surgiu como uma frente de esperança e luta contra um regime de exceção que perseguiu muita gente, e argumentar que a história teria diferido se o partido tivesse realmente seguido seus ideais iniciais e traçado um projeto político efetivo para o país baseado nas ideias que sustentaram sua fundação, tais condições mostravam-se inviáveis, porque os ideais liberais defendidos pela UDN se expressavam de forma fragmentária e incompleta, mesmo do ponto de vista das liberdades individuais, daí seu caráter golpista.

A UDN, ao longo da sua trajetória, não perdeu sua característica inicial e “[...] deixou de tornar-se o partido que poderia ter sido para assumir seu destino histórico [...]” (Picaluga, 1980, p. 39-40). Na verdade, o partido assumiu seu caráter liberal e golpista, pois vale lembrar que Getúlio Vargas foi deposto em 1945 numa espécie de golpe de Estado, com apoio de udenistas.

As relações da UDN com o militarismo

Não se pode perder de vista as relações que a UDN manteve com os militares durante toda a sua trajetória, até culminar no apoio ao golpe de 1964, e, com isso, destacar sobre como sua relação com o militarismo esteve sempre atrelada ao caráter golpista do partido.

As forças armadas brasileiras foram vitoriosas em 1964, representando, assim, o que pode ser tido como uma união das diferentes frações da burguesia brasileira, já que

não houve uma tentativa explícita de barrar o golpe por parte das elites. Os militares instauraram um regime autocrático, traduzido principalmente pelo Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, conhecido como AI-5, que vigorou até o ano de 1978 e produziu uma série de arbitrariedades. O AI-5 definiu o momento mais repressivo do regime, quando qualquer civil que representasse uma ameaça ao governo era severamente punido. A UDN, tendo uma forte inclinação militarista e flertando sistematicamente com o golpismo, permite uma reflexão sobre o golpe militar de 1964 e sua aceitação pela burguesia interna e pelos grupos liberais udenistas.

Antes de entrar, de fato, no que diz respeito à relação da UDN com o militarismo, importa contextualizar como o golpe foi articulado e considerar sobre os principais complexos que atuaram a favor do militarismo golpista.

O golpe militar de 1964 começou a ser articulado ainda na década de 1950, mesmo que de maneira heterogênea e indireta, já que as Forças Armadas não tinham um consenso sobre uma possível ruptura institucional, que passou a ser sistematizado com ênfase em 1961. Foram criados diferentes órgãos de atuação político-ideológica que agiam em diversos setores sociais, como o caso do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), formando, assim, um dos complexos ideológicos da burguesia mais influentes no período pré-ditadura.

O IBAD, por exemplo, era descrito “[...] pelo embaixador americano Lincoln Gordon como um ‘grupo industrial de moderados e conservadores’ [...] foi instituído com o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’ [...]” (Dreifuss, 1981, p. 102). O jornalista, e uma das principais figuras udenistas, Carlos Lacerda apoiava publicamente o IBAD já no período em que foi governador do estado da Guanabara (hoje, atual município do Rio de Janeiro); foi para Carlos Lacerda que os empresários e representantes do IBAD recorreram quando João Goulart assumiu o cargo de presidente, para informar que “[...] as forças econômicas brasileiras se organizariam imediatamente para ‘defender a democracia, as instituições efetivas e o regime’ [...]” (Dreifuss, 1981, p. 102).

No início, o IBAD não tinha tanta visibilidade, o instituto se preparava de forma silenciosa para atingir seus objetivos, mas quando chegou a década de 1960, o IBAD já estava consolidado e com alianças dentro do congresso nacional, e foi por meio dele que

[...] os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a

promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (Dreifuss, 1981, p. 102-103).

Já o IPES foi fundado em 1961 e foi muito bem recebido por órgãos de imprensa e por representantes de determinadas frações da Igreja Católica. Operava com uma ambígua atuação política, e, “[...] aos olhos de simpatizantes e defensores, sua face pública mostrava uma organização de ‘respeitáveis homens de negócio’ e intelectuais [...] que advogavam ‘participação nos acontecimentos políticos e econômicos existentes’ [...]” (Dreifuss, 1981, p. 163).

De acordo com seus membros, o IPES foi fundado para estudar as propostas de João Goulart e da esquerda a partir de uma ótica que seus componentes consideravam liberal. Entretanto, se diziam apertadários e eram “[...] orientados por ‘dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática, como patriotas e não como representantes de alguma classe ou interesse privado [...]” (Dreifuss, 1981, p. 163-164).

No fundo, essas instituições agiam a fim de promover uma verdadeira propaganda político-ideológica liberal, anticomunista e militarista, endossando cada vez mais e de forma mais incisiva um regime militar. O complexo IPES/IBAD travava uma guerra ideológica por meio da imprensa televisiva, dos jornais e do rádio, manipulando a sociedade civil brasileira e recrutando membros para seus quadros. Efetivamente, o conglomerado IPES/IBAD agia, fazendo oposição ao trabalhismo e à esquerda reformista, como um verdadeiro partido da burguesia brasileira daquele período (Dreifuss, 1981).

Após exposto um breve panorama do período que precedeu o golpe militar de 1964 e de como sua articulação aconteceu antes de ser propriamente executado, convém uma reflexão de como a UDN esteve vinculada, em maior ou menor grau, às diversas crises político-institucionais que ocorreram naquele período que antecedeu a ditadura militar. Em todas as crises políticas do século passado, a de 1945, as da década de 1950 e, logo depois, o golpe de 1964, a UDN manteve uma relação estável com chefes militares, os udenistas chamavam esse apelo ao militarismo de “golpismo legitimado”, ação que remete a mais uma de suas contradições, afinal, se os udenistas se declaravam liberais, como poderiam também ser golpistas? (Benevides, 1981).

A UDN teve um papel importante no golpe militar, o que acabou sendo coeso com a história do partido, sempre que acontecia algo no campo político institucional que a UDN não aceitava era para o militarismo que o partido recorria, afinal, nas palavras dos próprios udenistas: “[...] Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos toda a luta

com os pés no quartel, almoçando e jantando com generais, almirantes e brigadeiros [...] (Benevides, 1981, p. 137, nota 16).

Os udenistas defendiam constantemente uma união entre as forças armadas, sugerindo que somente o militarismo salvaria a democracia, a ordem e a moral. Durante a crise de 1955, a UDN perdeu as eleições e viu falhar essa união que tanto almejava, já que naquele momento houve um rompimento entre as forças militares. De um lado, havia uma fração que procurava assegurar as eleições e, de outro, os que questionavam os resultados. Em suma, os legalistas se sobressaíram em relação aos golpistas. Assim como em outros momentos de instabilidade política, em 1955, a UDN havia depositado esperanças na união das forças armadas, pois, na visão dos udenistas, vencer as eleições com pequenos aliados era uma possibilidade muito remota. Além disso, um dos principais receios dos udenistas era de uma conciliação entre o PTB e o PSD, e já estava definido internamente que caso essa aliança acontecesse, a UDN recorreria, como sempre tentava, às forças armadas (Benevides, 1981).

A divisão das Forças Armadas durante e após a crise política de 1955 marcou agudamente a atuação fragmentada dos militares. Durante todo o governo de Juscelino Kubitschek essa cisão das Forças Armadas foi visível, os udenistas mais exaltados, no entanto, não desistiram de ver os militares unidos, falava-se que era preciso uma tomada de consciência para acontecer tal união, pois divididos não tinham poder. Foi no período de Kubitschek que o macarthismo ganhou maior expressão dentro das Forças Armadas, o antigetulismo foi se enfraquecendo e cedendo lugar para o ódio aos ideais socialistas e tudo que pudesse remeter à esquerda e seus ideais. Foi esse sentimento de anticomunismo, sobretudo, que levou, enfim, à união dos militares e à tomada de consciência que os udenistas falavam. Justamente em 1964 veio o golpe com apoio da UDN e de Carlos Lacerda (Benevides, 1981).

Salvo os fatos apresentados sobre as crises políticas e o apelo da UDN para com os militares nesses momentos, vale ressaltar outros pontos relevantes dessa relação do partido com as Forças Armadas:

- a UDN defendeu o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos [...];
- a associação dos militares com a cúpula da UDN era de tal ordem que em reunião do Diretório Nacional [...] foi sugerida uma convocação dos líderes do partido para examinar as informações enviadas pelo Ministro da Guerra sobre o número e os nomes de oficiais comunistas nas Forças Armadas [...];
- em seu programa em 1957 a UDN advogou a transformação do Conselho Nacional de Segurança em órgão permanente;

- os contatos de parlamentares udenistas com a Escola Superior de Guerra foram intensos, através de ‘conspirações’, conferências, cursos, programas, etc. [...] (Benevides, 1981, p. 142).

Toda essa discussão leva a perceber como o partido sempre esteve de mãos dadas com o golpe, nunca poupou esforços para colocar em prática o que defendia, salvo em alguns raros momentos de sua fundação, em que ainda presava, de certo modo, por democracia. Ao longo de sua existência, a UDN foi colecionando tentativas de rupturas com a legalidade até, enfim, alcançar seu objetivo em 1964, só não esperavam que o golpe também a atingiria.

Considerações finais

Fica perceptível, mais uma vez, a ambiguidade da UDN, partido que nasceu da luta contra a ditadura estadonovista e que propunha a “redemocratização do Brasil”, pois tinha, de certa maneira, programa cujas ideias eram liberais. Uma sigla que participou do cenário político dentro da ordem democrática liberal burguesa, disputando eleições e elegendo seus membros para o Senado, Câmara e governo de estados, colocou-se, vinte anos depois de sua fundação, como triunfante em uma conspiração por poder que instaurou uma ditadura repressiva e autoritária (Benevides, 1981), extinguiu partidos e perseguiu politicamente qualquer pessoa que fizesse oposição a ele, inclusive o próprio Carlos Lacerda, figura central da UDN, devido à sua capacidade de atacar os adversários com textos e discursos inflamados.

Lacerda, por exemplo, esteve envolvido diretamente no movimento que culminou no golpe, por acreditar que seria a melhor opção contra o famigerado “fantasma do comunismo” e também uma forma de assegurar a sua candidatura à presidência nas eleições que aconteceriam em 1965. No entanto, com os eventos que se seguiram, ele perdeu seus direitos civis a partir da implementação do AI-2 e faleceu antes mesmo de ver o fim da ditadura militar, em 21 de março de 1977, aos 63 anos.

Este trabalho procurou demonstrar a particularidade golpista da UDN e como isso esteve presente, de maneira extrainstitucional, no seu projeto político-econômico para o Brasil, elucidando como o partido se relacionava com as forças armadas como nenhum outro o fazia. Relação que, cumpre sublinhar, foi forjada desde seus anos iniciais, com a sistemática participação na propaganda político-ideológica que levou o país a uma ditadura militar que durou 21 anos.

Referências

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 171-193, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tFMBqtmCKcGzR9sLnTRKdgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Entreguismo. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/entreguismo>. Acesso em: 07 nov. 2024.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marco Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. 2. ed. São Paulo: Codex, 2002.

PICALUGA, Isabel. *Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.